



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

TALITA MARIA DE MELO COELHO

FACES DO FEMINISMO LIBERAL EM PERNAMBUCO E NA BAHIA:
debates e conquistas da luta feminista (1927-1932)

RECIFE

2024

TALITA MARIA DE MELO COELHO

FACES DO FEMINISMO LIBERAL EM PERNAMBUCO E NA BAHIA:
debates e conquistas da luta feminista (1927-1932)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no curso de Graduação em Licenciatura Plena em História na Universidade Federal Rural de Pernambuco como requisito para a obtenção de título de Licenciada em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Alcileide Cabral do Nascimento.

RECIFE

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- C672f Coelho, Talita Maria de Melo
Fases do feminismo liberal em Pernambuco e na Bahia: debates e conquistas da luta feminista (1927
1932) / Talita Maria de Melo Coelho. - 2024.
55 f. : il.
- Orientadora: Alcileide Cabral do Nascimento.
Inclui referências.
- Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco,
Licenciatura em História, Recife, 2024.
1. Relações de Gênero. 2. Voto feminino. 3. Feminismo Liberal. 4. Cidadania. I. Nascimento, Alcileide
Cabral do, orient. II. Título

CDD 909

Dedico este trabalho às mulheres da minha vida. À minha mãe, Itlha Maria de Melo, que mesmo diante de todas as dificuldades sempre me incentivou a trilhar os caminhos da educação. Às minhas amadas tias Idilene Oliveira e Idilânia Melo por me darem todo o apoio até aqui. E à matriarca da família, a minha amada avó Idilia Maria de Melo, que estará sempre presente em minhas memórias e em meu coração.

AGRADECIMENTOS

A minha trajetória acadêmica foi repleta de desafios, altos e baixos, risos e choros, mas com toda certeza será inesquecível. E essa história não poderia ser contada sem a menção das pessoas importantes que me apoiaram, ensinaram e/ou me incentivaram até este momento.

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus por me permitir o privilégio de ser a primeira filha/sobrinha/neta a possuir uma formação de nível superior em uma universidade pública federal. Agradeço à pequena Talita, sonhadora e apaixonada por história, por perseguir os seus sonhos e se manter sempre resiliente diante de todas as dificuldades da vida.

Agradeço aos meus pais Germano José Coelho Silva e Irlha Maria de Melo por sempre me apoiarem em minhas decisões, me encorajando e sempre acreditando em meu potencial como historiadora e professora. A vocês eu dedico, de coração e alma, este trabalho, símbolo de uma grande vitória em nossas vidas. Agradeço também à minha família, curiosamente formada majoritariamente por mulheres, que tanto amo e que estiveram ao meu lado em todos os momentos. Menciono especialmente minhas tias Idilânia Melo e Idilene Oliveira por todas as palavras de incentivo desde o momento em que ser uma historiadora se tornou um grande sonho para mim. Agradeço aos meus amados primos, Lucas Fabiano, Lívia Maria, Yasmin Maria e Pricila Campos por tornarem toda a minha caminhada mais leve.

Agradeço a minha preciosa e amada “vó” Idilia Maria de Melo, por ter sido a minha grande inspiração e exemplo de força. Apesar de ter estudado até a “quarta série” foi para mim uma grande professora. Mesmo não estando mais fisicamente entre nós, dedico meu trabalho à sua memória.

Faço um agradecimento especial também a um dos meus maiores admiradores e incentivadores, meu companheiro de vida, alma e coração Favio Miguel González, que sempre esteve ao meu lado, me apoiando em apresentações de trabalhos e me acompanhando à universidade; me dando sempre palavras de incentivo mesmo quando tudo parecia difícil.

Agradeço aos amigos e amigas, que compartilham comigo diariamente (ou não) suas histórias, tornando a minha muito mais sorridente e feliz: Amanda El-Roí Gomes, Thais Maria, João Luiz, Isabele Ramos, Bárbara Souza, Joyce Alves, Natália Karoline, Caroline Fontão, Maria Lúcia e Mário Emanuel. Gostaria de agradecer também aos meus companheiros de universidade João Lucas, Thays Souza, Bárbara Muller, Daiana Gomes e Walter Lopes por me ajudarem a tornar a jornada e a conclusão deste trabalho possíveis.

Agradeço também aos meus professores da educação básica, que foram exemplos e inspirações para a minha formação enquanto professora de história. Entretanto gostaria de destacar o meu professor de história Wellington Estima, que para mim foi um importante encorajador, incentivando-me a ser uma grande amante da história.

Agradeço a instituição de ensino, que orgulhosamente faço parte, a Universidade Federal Rural de Pernambuco, que tornou-se um espaço de imensas oportunidades, abrindo portas e proporcionando momentos de grande aprendizagem. Agradeço aos meus professores(as) que tive prazer e honra em conhecer, sendo eles(as) os(as) principais responsáveis pela minha formação enquanto, professora, historiadora e cidadã crítica e consciente.

Por fim agradeço à minha querida orientadora Alcileide Cabral do Nascimento, por ter visto em mim um potencial como pesquisadora e historiadora. Agradeço-a por me acompanhar desde o terceiro período e por ter dado todo suporte durante a minha trajetória como estudante e pesquisadora. Sou grata pela oportunidade de conviver e aprender com uma professora ética, responsável e humana, como Alcileide, sempre atenta ao indivíduo e suas singularidades. Agradeço-a por todos os ensinamentos, conselhos e palavras de incentivo que recebi, e que levarei para além da minha vida universitária.

RESUMO

O trabalho intitulado “FACES DO FEMINISMO LIBERAL EM PERNAMBUCO E NA BAHIA: debates e conquistas da luta feminista (1927-1932)” tem por objetivo compreender de que forma o movimento feminista liberal, liderado por Bertha Lutz e pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino atuou em Pernambuco e na Bahia, e como organizaram-se para formar as bases de luta pelo voto feminino, ampliação da cidadania política com a participação das mulheres na cena pública, entre os anos de 1927 e 1932. Com este trabalho buscamos dar visibilidade e demonstrar a relevância das mulheres e suas reivindicações na cena pública e no processo de formação da recém-criada República Brasileira. Para tais análises foram realizadas pesquisas bibliográficas e leitura de fontes documentais como jornais, relatórios e cartas encontradas em acervos digitais como a Hemeroteca Digital e o Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Com base nessas análises identificamos as estratégias e discursos adotados pela Federação Nacional e suas filiais, nos seus contextos estaduais e suas repercussões. Para fundamentação teórica utilizamos os conceitos de gênero e teorias feministas propostos por Flávia Biroli e Carole Pateman, que foram essenciais para desenvolvermos os debates sobre estruturas de poder e opressões das quais essas mulheres estavam submetidas. Foram utilizadas também as obras de José Murilo de Carvalho, nas quais nos auxiliou na compreensão sobre o conceito de cidadania no Brasil. Diante das análises e pesquisas realizadas observamos que as atividades realizadas pela Federação Brasileira nos estados de Pernambuco e Bahia foram exitosas, visto que o debate feminista esteve em evidência nos períodos analisados. Portanto, podemos inferir que a atuação dessas mulheres foi capaz de abalar uma forte estrutura de opressões, permitindo assim a inserção de uma parcela feminina nos espaços de poder e decisões.

Palavras-chave: Relações de Gênero; Voto feminino; Feminismo Liberal; Cidadania.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1. FEMINISMO EM FOCO: AS MATRIZES DO FEMINISMO LIBERAL.....	14
1.1 O feminismo brasileiro e a luta pela cidadania feminina no século XX.....	16
1.2 A modernização e suas contradições: novos ares para o movimento feminista brasileiro.....	19
2. AS REDES FEMINISTAS EM PERNAMBUCO E NA BAHIA NOS ANOS DE 1920 E 1930.....	25
2.1 Maternidade, divórcio e afins: concepções e tensões sobre temáticas “progressistas” na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.....	30
2.2 “E as mulheres de côr?": o feminismo liberal em Pernambuco e na Bahia e suas concepções de raça.....	33
3. OS DEBATES FEMINISTAS E A REAÇÃO ANTIFEMINISTA NA IMPRENSA BAIANA E PERNAMBUCANA (1920 a 1930).....	39
3.1 O debate feminista e a imprensa nos anos de 1920 a 1930.....	39
3.2 O antifeminismo na Imprensa nos anos de 1920 a 1930.....	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
REFERÊNCIAS.....	52

INTRODUÇÃO

Ao falarmos em feminismo e outras palavras relacionadas, algumas perguntas surgem como “o que é feminismo?” ou “o que é ser feminista?”. De uma forma mais direta podemos dizer que não há um conceito único e exato para definir o feminismo. Visto que esse conceito passou por um longo processo de transformações, sendo reelaborado e adaptado às múltiplas realidades temporais, geográficas e culturais, e ganhando assim novas faces e formas.

Sobre esse tema, devemos salientar que, na perspectiva do autor Reinhart Koselleck o “conceito” tem história e a recepção desse “conceito” também pode mudar em diferentes momentos históricos. Dessa forma, os conceitos passam por processos de acumulação de significados, nesse sentido, é papel do/a historiador/a analisá-lo de acordo com o contexto temporal do qual se insere. (apud COSTA, 2015, p. 25).

Por outro lado, podemos afirmar que o conceito de feminismo - ou de feminismos, que será adotado neste trabalho - está desde o seu surgimento atrelado à luta por emancipação feminina. Com o passar das décadas e dos séculos ele passou a ser compreendido de distintas maneiras e acolhendo outras novas demandas.

O feminismo pode ser definido como um longo processo não terminado de transformação da relação entre os gêneros. Um processo com raízes que se estendem desde o passado remoto até o presente. Por outro lado, o feminismo também pode ser apresentado como uma busca de igualdade entre os sexos [...] (SILVA, 2009, p. 145).

Ao longo de todo o século XVIII, diversos acontecimentos foram fundamentais para mudanças estruturais no ciclo da história humana. Nesse momento ocorreram as revoluções (liberais) Francesa e Americana. Ao proporem debates sobre a cidadania e questões como sufrágio universal, essas revoluções rompem com os paradigmas estabelecidos nessas sociedades e permitem o florescimento de outras reivindicações. Justamente no seio dessas revoluções começavam a surgir, mesmo que de forma pontual, mulheres que exigiam, sobretudo, o direito de integrar essa nova estrutura política/social. A luta pelo

sufrágio, contraditoriamente chamada de “universal” era majoritariamente masculina e apesar de

terem instalados governos baseados no consenso e nos direitos dos homens, a subordinação feminina sobreviveu em ambos os lugares e assim como a escravidão – que teve uma colossal expansão nos séculos 17 e 18 -, introduziram uma nova forma de relações de dominação. (KARAWEJCZYK, 2013, p. 41).

Todavia, apesar dos constantes avanços e retrocessos, os questionamentos sobre o sufrágio feminino que surgiram no século XVIII, despontam novamente nos Estados Unidos da América e na Europa de forma bem mais articulada e organizada; tendo assim um poder de alcance muito maior, influenciando dessa forma o surgimento das primeiras expoentes do feminismo no Brasil.

A partir do final do século XIX, mas sobretudo nas primeiras décadas do XX, essas novas e revolucionárias ideias desembarcam em grandes centros urbanos brasileiros; especialmente nas cidades de Recife e Salvador. Todavia, devemos salientar que a recepção do movimento feminista em terras brasileiras passou por várias controvérsias, apesar da nova realidade social que, pouco a pouco, era forjada após a recém-criada República.

As primeiras décadas da República brasileira (1890-1930) estiveram intimamente relacionadas à lógica do progresso e à ideia de modernidade, no qual as cidades brasileiras doravante assumiram a posição de importantes centros culturais, sendo símbolos da intelectualidade, dos avanços tecnológicos e a da liberdade, sinais dos novos tempos dos quais o Brasil até então não havia experimentado de forma tão ampla.

Por outro lado, apesar desses conjuntos de novidades, essas cidades são palco de imensas contradições pois, por um lado o debate sobre a cidadania republicana efervescia, do outro as raízes mais conservadoras que se manifestavam na “República dos coronéis”, - em que apenas homens, maiores de 21 anos e alfabetizados poderiam votar, em eleições muitas vezes questionáveis - excluía as mulheres, e grande parte da população não-letrada do exercício da cidadania (NASCIMENTO, 2015, p. 65). E foi em meio a esse mar de controvérsias que as mulheres feministas articularam-se para questionar suas posições nesta nova (ou não tão nova) sociedade.

Os debates sobre o direito à emancipação, independência feminina e o

direito ao voto vão se acumulando ao longo das décadas e ganharam bastante força no Brasil após a Proclamação da República em 1889, mais especificamente durante o processo de elaboração da primeira Constituição republicana em 1891. Sendo essas as principais pautas das feministas brasileiras nos fins do século XIX e no início do XX (PINTO, 2003, p. 18). Como explica a autora Mônica Karawejczyk, “o debate em torno do sufrágio feminino, recebeu calorosos defensores entre os congressistas. No entanto, recebeu também acirradas críticas” (KARAWEJCZYK, 2013, p. 79). Dessa forma, podemos inferir que independente dos posicionamentos sobre o tema, é notório o interesse de diferentes grupos políticos em discutir sobre essa nova demanda. Durante a Assembleia Constituinte foi cogitada a possibilidade de inclusão das mulheres nos novos processos eleitorais, entretanto, esse projeto não entrou em vigor. Como explica Céli Pinto, “A não-exclusão da mulher no texto constitucional não foi um mero esquecimento. A mulher não foi citada porque simplesmente não existia na cabeça dos constituintes como um indivíduo dotado de direitos.” (PINTO, 2003, p. 16).

Apesar das derrotas sofridas no início do processo de reivindicações jurídicas e políticas pelo direito ao voto feminino, pouco a pouco as engrenagens das mudanças começaram a se mover, por outros meios e assim foram capazes de conquistar visibilidade e novos espaços dos quais estavam restritos aos homens. E foi em meio a todo esse cenário de transformações que no início do século XX vemos o surgimento de um dos movimentos feministas de maior relevância do país: a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF).

A FBPF foi um dos maiores expoentes na luta pela emancipação feminina da história brasileira. Embora estivessem focadas na conquista pelo direito ao voto feminino, essas mulheres foram fundamentais para fissurar todo um sistema de opressões que as cercava, visto que elas estavam colocadas em contextos de “instituições, estruturas e relações de poder cotidianas nas quais aquelas são posicionadas desvantajosamente”. (BIROLI, 2017, p. 175)

Uma das estratégias mais importantes adotada pela Federação Brasileira para disseminar as ideias feministas foi a criação de associações e federações filiadas por outros estados do Brasil. “Há notícia de federações em Minas Gerais, Paraíba, Bahia, São Paulo, Ceará, Rio Grande do Norte” (PINTO, 2003, p. 23). Dentre essas, trataremos especificamente aqui das Federações Baiana e Pernambucana e como ocorreu o processo de comunicação e articulação com a

matriz, sediada no Rio de Janeiro e coordenada por Bertha Lutz.

Os objetivos desta monografia são analisar e compreender de que forma os movimentos feministas liberais em Pernambuco e na Bahia articularam-se para formar suas bases de ampliação da luta por direitos políticos, como o voto, bem como a ampliação da cidadania e da participação das mulheres na cena pública, entre os anos de 1927 e 1932. Além de investigar como foram as articulações para a criação da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino e da Federação Bahiana pelo Progresso Feminino, como ambas estabeleceram relações com a sua matriz, e analisar os debates e recepções em torno da chegada desse movimento nesses estados do nordeste.

Mas, para além da história da Federação e suas filiais é importante ressaltar que temos como objetivo também evidenciar a relevância dessas mulheres - especialmente nordestinas, as pernambucanas e baianas -, que, assim como os homens, , tiveram um papel crucial nos movimentos de lutas pela ampliação da democracia e pelos direitos civis e que atuaram ativamente no processo de formação da história republicana brasileira. E, por esse motivo, faz-se necessário lutar e reivindicar pela preservação da memória histórica de personagens femininas que marcaram não apenas a história do feminismo, mas também todo um processo de constituição de um país mais justo, igualitário e democrático.

Para a execução da monografia proposta sobre a história do feminismo em Pernambuco e na Bahia utilizamos métodos da história comparada, visto que a partir deles é possível criar as pontes que favorecem as análises dos movimentos feministas desses dois locais. Destacamos neste processo a utilização de algumas fontes históricas primárias como as fontes iconográficas (fotografias e charges). Para a análise dessas fontes foram utilizadas leituras que abordam a importância das fotografias como documentos históricos, além de entendermos a relação delas com os contextos sociais e históricos em que foram produzidos. A partir disso, desenvolvemos diálogos sobre a temática a partir de artigos e obras de autores como Susan Sontag.

Além das fontes iconográficas utilizaremos cartas, relatórios das federações pernambucana e baiana e recortes de jornais que contribuem para uma ampliação do entendimento de como funcionavam os movimentos políticos nos primeiros anos da República e como o feminismo foi recepcionado nos respectivos estados. Além

disso, a leitura dessas fontes nos proporcionou a possibilidade do surgimento de novas questões e hipóteses sobre as posições adotadas pelas feministas, a serem debatidas. As buscas pelos referidos documentos foram realizadas a partir dos acervos digitais da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, na plataforma digital do Arquivo Nacional (SIAN) e na Brasileira Fotográfica.

Sobre o levantamento documental, é importante salientar que, esta pesquisa foi iniciada no biênio 2020-2021, período em que todo o mundo foi impactado pela pandemia da COVID-19, por essa razão as nossas buscas estiveram restritas apenas aos acervos digitais citados acima, e as documentações já analisadas em outras pesquisas científicas.

As análises deste trabalho estiveram pautadas nos constantes diálogos estabelecidos entre as leituras bibliográficas e o levantamento de fontes, que tratam sobre a cidadania no Brasil, e da formação e consolidação dos movimentos feministas liberais na primeira metade do século XX.

Podemos destacar entre os vários textos a importância das produções da pesquisadora Alcileide Cabral do Nascimento que nos proporcionou um grande aporte teórico e histórico para essa pesquisa, que nos auxiliou no processo de entendimento da articulação na formação das unidades feministas estabelecidas no Nordeste Brasileiros nos anos de 1920 e 1930, e como elas compreendiam os debates em torno da cidadania feminina. Ademais, citamos também os usos de trabalhos da autora Flávia Birole que contribuiu para a construção da fundamentação teórica em torno da temática das relações de gêneros e como elas estão atreladas à estruturas de desigualdades; a obra “Uma história do feminismo no Brasil” de Céli Pinto, em que a autora nos explica, seguindo uma cronologia, o surgimento do debate feminista no contexto brasileiro e como as mulheres foram constituindo movimentos de luta por direitos civis e como cada um desses representam uma “fase” importante para a história feminista no país. Paralelamente, utilizamos as dissertações das autoras Emelly Facundes e Maria Almeida, visto que foram necessárias leituras mais específicas sobre os contextos feministas de Pernambuco e Bahia. Uma das autoras que também citamos como parte da fundamentação teórica, para compreendermos o impacto dos discursos feministas na sociedade e as discussões antifeministas levantadas nesse contexto foi a autora Susan Besse, com sua obra “Modernizando a desigualdade”. Através dela buscamos entender os discursos antifeministas veiculados através das notas e

charges nos jornais da época.

Por fim, destacamos também o uso de autoras e autores que fazem uma análise teórica sobre as discriminações de gênero e raça, a partir da abordagem teórico-metodológica do conceito de interseccionalidade. Para isso, fizemos uso de obras como “A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero” desenvolvido pela escritora estadunidense Kimberlé Crenshaw. Além das produções de Crenshaw, os textos das escritoras negras Carla Akotirene, Lélia Gonzalez, foram essenciais no processo de entendimento de como as estruturas raciais interferiram nos posicionamentos das Federações tanto nos contextos de luta nacional como regional, especificamente no Nordeste.

Dividimos esta monografia em três capítulos: no primeiro capítulo intitulado “Feminismo em foco: matrizes do feminismo liberal.”, nos dedicamos a analisar teoricamente as bases de formação do feminismo liberal e como este está relacionado aos discursos de liberalismo do século XVIII.

No capítulo “As redes feministas em Pernambuco e na Bahia nos anos de 1920 e 1930.”, buscamos entender a recepção e estabelecimento das filiais da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, e os critérios de escolha para as líderes dos respectivos estados. Buscamos promover uma análise historicizada sobre questões como maternidade e divórcio, das quais as feministas tratavam através de cartas. Além dessas questões, abordamos, ainda no segundo capítulo, as concepções de raça no movimento feminista liberal em Pernambuco e na Bahia. Para entender essas concepções foram analisadas cartas enviadas de e para a matriz da Federação Brasileira que tratavam das questões sobre as mulheres negras no recorte temporal proposto. A partir dessa análise propomos um debate teórico com base no conceito de interseccionalidade proposto pela autora estadunidense Kimberlé Crenshaw.

E, por fim, no terceiro capítulo intitulado como “Os debates feministas e a reação antifeminista na imprensa baiana e pernambucana (1920 e 1930)” nos propomos a analisar os discursos presentes em recortes de jornais nos estados de Pernambuco e Bahia sobre o feminismo e o antifeminismo, e como a chegada das filiais intensificaram essas discussões.

1. FEMINISMO EM FOCO: AS MATRIZES DO FEMINISMO LIBERAL.

No início era o Verbo, mas o Verbo era Deus, e Homem. O silêncio é comum das mulheres. Ele convém à sua posição secundária e subordinada. Ele cai bem em seus rostos, levemente sorridentes, não deformados pela impertinência do riso barulhento e viril. Bocas fechadas, lábios cerrados, pálpebras baixas, as mulheres só podem chorar, deixar as lágrimas correrem como a água de uma inesgotável dor, da qual, segundo Michelet, “elas detêm o sacerdócio” (PERROT, 1998, p. 9).

A nós mulheres foi destinado o lugar do silêncio. Lugar esse que não é apenas o da ausência da fala, mas também do poder de decisão, da liberdade, da ação e da reação. E foi em meio ao silêncio que grandes mulheres questionaram esse lugar para que no futuro filhas e netas pudessem transitar por quaisquer espaços, sem julgamento, opressões e subordinações.

Ao longo da história das civilizações estas distinções do que seriam os espaços “apropriados” para homens e mulheres foram delimitados, ganharam corpo, e ocuparam dimensões não apenas morais, mas também políticas, teóricas e jurídicas; excluindo assim metade da humanidade – as mulheres - dos espaços públicos de poder/decisões.

Durante a modernidade, em meio a uma Europa mergulhada no absolutismo das nobrezas, começam a ascender debates filosóficos acerca dessas estruturas políticas; e em oposição a elas surge o que conhecemos como liberalismo. Este, em essência, baseia-se em valores individuais, de liberdade, igualdade e de separação das esferas pública e privada. Todavia, esses valores de autonomia e igualdade dos indivíduos estavam nitidamente atribuídos aos homens. Visto que às mulheres foi destinado o espaço privado/doméstico, e aos homens a vida pública, das decisões que definiriam os rumos da sociedade, pois como afirma a autora Carole Pateman

A maneira em que as mulheres e homens são situados de forma diferenciada dentro da vida privada e do mundo público é, como indicarei, uma questão complexa, mas, subjacente a uma realidade complicada, há a crença de que as naturezas das mulheres são tais que elas são devidamente submetidas aos homens e seu lugar é na esfera doméstica e privada. Os homens corretamente habitam as duas esferas e tomam as decisões no âmbito delas. (PATEMAN, 2013, p. 57).

Há presente nesse discurso dicotômico, uma questão que além de determinar o homem como o único indivíduo capaz de coordenar efetivamente essas duas esferas, excluindo assim a possibilidade de tomadas de decisões das mulheres no

ambiente doméstico, existe também um discurso de naturalização dessa separação. Segundo Pateman, esse discurso de separação natural entre homens e mulheres, foi amplamente apoiado pelo teórico contratualista John Locke, pois ao discutir a separação liberal entre público e privado, “ele concorda com as afirmações patriarcais de Filmer de que as diferenças naturais entre homens e mulheres implicam a sujeição delas a eles, ou mais especificamente, das esposas aos maridos” (PATEMAN, 2013, p. 58). E por causa dessa “natural” subordinação, elas “são excluídas da condição de “indivíduos” e, portanto, de participar do mundo público da igualdade, do consentimento e das convenções” (PATEMAN, 2013, p. 58).

Para além das questões “naturais” apontadas por Locke para determinar a sujeição das mulheres, há durante o século XIX o surgimento do positivismo, elaborado pelo sociólogo Augusto Comte, que possuiu um papel fundamental na construção de narrativas sexistas, determinando atribuições morais de virtuosidade e afetividade às mulheres. Essas atribuições, todavia, faziam parte do projeto de “progresso da pátria”, totalmente desligadas do processo emancipatório feminino dentro dessas estruturas de poder. Ao fazer certas atribuições morais, o positivismo delegava às mulheres um lugar de “importância” no motor desse projeto de progresso, pois os positivistas afirmavam que “além de a mulher ser superior ao homem em termos afetivos, nesta doutrina a mulher deveria receber educação só porque os filhos são educados pelas mães” (KARAWEJCZYK, 2013, p. 56).

À primeira vista, o positivismo pode parecer uma doutrina muito menos alheia com relação às questões femininas, porém podemos perceber que esses discursos apenas reafirmam a ideia de subordinação presente nos debates liberais, de que os homens são aqueles que detêm a força para reger uma nação. A partir da compreensão em torno das relações de gêneros dentro dessa estrutura de público e privado nas perspectivas liberais e positivistas, podemos ter uma dimensão maior das raízes que sustentam a exclusão e o silenciamento de diversos grupos de mulheres por vários séculos.

Por outro lado, no mesmo tronco epistemológico do liberalismo surgiu o feminismo liberal. Baseando-se também em concepções dos indivíduos como seres livres e iguais, o feminismo liberal buscou romper com os limites dessas esferas que até então estavam delimitadas, buscando paulatinamente ocupar esses espaços de decisão política. Contudo, devemos salientar que apesar das inquestionáveis

conquistas das feministas liberais, como por exemplo o movimento sufragista, que tomaram conta de todo o debate durante os séculos XIX e XX, esse feminismo não foi capaz de abarcar de maneira expressiva as diversas demandas femininas por todo o mundo, como por exemplo as questões de raça e etnia. Principalmente pelo fato de que o debate em torno das discriminações cruzadas (interseccionalidade) de raça e gênero ainda não existiam.

1.1 O feminismo brasileiro e a luta pela cidadania feminina no século XX

Historicamente, a posição relativa das mulheres expõe a baixa efetividade de direitos que foram universalizados nas sociedades ocidentais, mesmo dos mais fundamentais como o direito à integridade física. O entendimento que assumo aqui é que essa baixa efetividade não indica um caminho “incompleto” nem um “desvio” na universalização dos direitos, mas é constitutiva das instituições e das regras informações que organizam as relações de poder (BIROLI, 2018. p. 10-11).

Esse sistema de desigualdades perpassou ao longo de toda a formação das relações sociais no Ocidente, sendo esse o sistema que prevaleceu, e predomina até os dias de hoje. Entretanto devemos levar em consideração que apesar das mulheres experimentarem cotidianamente essas estruturas patriarcais, a luta para fissurar esse sistema de desigualdades é uma das mais duradouras e persistentes da história contemporânea.

A história das mulheres está intimamente atrelada à história de reivindicações sociais, ao direito à emancipação e a luta contra uma lógica do patriarcado, “aqui brevemente definido como um complexo heterogêneo, mas estruturado, de padrões que implicam desvantagens para as mulheres e permitem aos homens dispor do corpo, do tempo, da energia de trabalho e da energia criativa destas.” (BIROLI, 2018, p. 11).

No Brasil, como bem explica autora Céli Regina Jardim Pinto, na introdução do seu livro “Uma história do feminismo no Brasil”, escrever sobre a história do feminismo brasileiro é uma tarefa peculiar “pois se trata de um fenômeno que ainda vivemos de forma muito presente e sobre o qual ninguém, homens ou mulheres, nas últimas décadas ficou imune a ter uma opinião” (PINTO, 2003, p. 9).

Se hoje observamos uma grande agitação em torno do debate feminista,

certamente, desde as suas primeiras manifestações durante o século XIX, existiam temores de qual seria o impacto desses discursos na sociedade brasileira. Como explica a autora Mirella Tauanny Lopes, “a articulação e a atuação do sexo feminino causavam uma onda de insegurança, pois geravam, concomitantemente, uma série de incertezas”. (LOPES, 2019, p. 123) Por outro lado, é necessário evidenciarmos que apesar desses temores o movimento feminista desde o princípio desafiou as estruturas conservadoras que excluía as mulheres dos espaços público por meio da luta sufragista (PINTO, 2003, p. 9). O feminismo essencialmente questiona o complexo sistema dicotômico criado entre os espaços público e privado pois, é por meio deles que as mulheres são excluídas da esfera pública — dos espaços de decisão — e, portanto, do próprio direito à cidadania. Como Flávia Biroli observa

A configuração das fronteiras entre esfera pública e esfera privada implica lugares distintos para mulheres e homens. Não quero, com isso, afirmar que todos os homens e todas as mulheres são posicionados de maneira idêntica, mas que, para a participação das mulheres na esfera pública, impõem-se filtros que estão atribuídas na esfera privada e à construção de sentidos do feminino que ainda guardam relação com a noção de domesticidade (BIROLI, 2018, p. 11).

Sem dúvida, os movimentos feministas que surgem ao longo dos séculos XIX e XX assumem importantes desafios, ao lutar para romper essas barreiras simbólicas e excludentes impostas às mulheres. Por outro lado, é importante compreender que quando nos referimos ao feminismo estamos fundamentalmente tratando de um conceito plural e variado. Como já mencionado anteriormente, o historiador alemão Reinhart Koselleck explica que os “conceitos” possuem história e a recepção desses “conceitos” pode mudar de acordo com o momento histórico analisado. Por isso, cabe ao profissional da história historicizar esse conceito, ou seja, analisá-lo de acordo com o contexto histórico no qual se insere. (apud COSTA, 2015, p. 25). Todavia, podemos afirmar que o conceito de feminismo está desde o seu surgimento atrelado a luta por emancipação feminina, porém, com o passar das décadas e dos séculos ele passa a ser compreendido de maneiras distintas e passa a acolher novas demandas.

O feminismo pode ser definido como um longo processo não terminado de transformação da relação entre os gêneros. Um processo com raízes que se estendem desde o passado remoto até o presente. Por outro lado, o feminismo também pode ser apresentado como uma busca de igualdade

entre os sexos [...] (SILVA, 2009, p. 145).

No Brasil, as primeiras feministas surgem no contexto de transição entre o Império e a República. Porém, foi apenas durante as primeiras décadas do século XX que a pauta do sufrágio feminino e o direito à cidadania passaram a ser defendidas de forma mais efetiva em movimento organizado.

Uma importante questão na qual devemos discutir sobre esse contexto é a própria concepção de cidadania que, nesse momento da história republicana estava se desenvolvendo de maneira limitada à pequenos grupos sociais e, por isso, grande parte da população nem sequer possuía um lugar nesse sistema político, como destaca o autor José Murilo de Carvalho em seu livro “Cidadania no Brasil: o longo caminho”:

A participação na política nacional, inclusive nos grandes acontecimentos, era limitada a pequenos grupos. A grande maioria do povo tinha com o governo uma relação de distância, de suspeita, quando não de aberto antagonismo. Quando o povo agia politicamente, em geral o fazia como reação ao que considerava arbítrio das autoridades. Era uma cidadania em negativo, se se pode dizer assim. O povo não tinha lugar no sistema político, seja no Império, seja na República. O Brasil era ainda para ele uma realidade abstrata. Aos grandes acontecimentos políticos nacionais, ele assistia, não como bestializado, mas como curioso, desconfiado, temeroso, talvez um tanto divertido (CARVALHO, 2008, p.83).

Apesar das evidentes limitações existentes nessa nova república brasileira, Carvalho nos explica que existem outras maneiras de exercitar sua condição de cidadania, sendo essas outras ações “os manifestos políticos, as representações, queixas, abaixo-assinados, petições e canas dirigidas ao público ou às autoridades.” (CARVALHO, 1996).

A partir dessas concepções de José Murilo de Carvalho, podemos inferir que as feministas brasileiras iniciam um processo de ampliação da cidadania ao requererem, por meio Estado seus direitos pelo direito à emancipação e autonomia política, questionam também as fronteiras do público e do privado, desnaturalizando as relações de e entre os gêneros (NASCIMENTO, 2020). Segundo Alcileide Cabral do Nascimento, uma das estratégias do movimento feminista foi recorrer à justiça para questionar a sua exclusão dos espaços de poder político, cruzando os limites impostos até então.

As mulheres, em diferentes momentos, questionaram juridicamente sua exclusão da arena política/partidária ao entrar na Justiça com pedidos de inscrição eleitoral, isto é, obtenção do título eleitoral. Como demonstrou Gladys Ribeiro, em sua pesquisa sobre a cidadania na Primeira República, esse “processo de questionamento constante tornou a Lei um espaço de lutas – chamadas hoje de políticas –, tendo no bojo um entendimento específico do que seriam os direitos civis” (2009, p. 108-109). A recorrência aos Tribunais de Justiça foi assim uma das estratégias do movimento feminista liberal, liderado pela feminista Bertha Lutz, depois de quase dez anos de luta junto ao Congresso e aos presidentes republicanos que não reconheceram a cidadania feminina, levando juízes pelo Brasil a se posicionar politicamente, por décadas a fio, contra os anseios femininos. Mas, sem dúvida, a Justiça se tornou uma das arenas importantes da luta pelo voto feminino e a ampliação da cidadania no Brasil (NASCIMENTO, 2020, p. 140).

1.2 Modernização e as suas contradições: novos ares para o movimento feminista brasileiro.

Com a Proclamação da República, em 1889, o Brasil passou por significativas mudanças na sua estrutura de Estado, todavia muitas das relações políticas permaneceram camufladas ao novo momento histórico, adequando-se apenas com uma nova roupagem, constituindo assim o que é definido pela historiografia brasileira como República Velha. Como explica Saliba,

A República criou uma cidadania precária, porque calcada na manutenção na iniquidade das estruturas sociais; acentuou as distâncias entre diversas regiões do país, cobrindo-as com a roupagem do federalismo difuso da “política dos governadores” ou com a continuidade daquela geografia oligárquica do poder que, desde o Império, diluía o formalismo do Estado e das instituições (SALIBA, 1998, p. 291).

Entretanto, nos anos de 1920 e 1930 a situação política e econômica passa por mudanças significativas que, pouco a pouco, promovia o desgaste da estrutura das oligarquias da República Velha. Como assinala o historiador Boris Fausto em seu livro *“História do Brasil”*, desde 1920, após a Primeira Guerra Mundial, a presença da classe média urbana ganha mais evidência na sociedade e, com a presença dessa nova camada social surgem novas demandas muito mais alinhadas ao sistema liberal; em contraposição à estrutura vigente. Dentre várias demandas, algumas delas exigiam um sistema eleitoral limpo e que garantisse os direitos individuais (FAUSTO, 1995, p.305). Além da nova conjuntura social que

estava se formando, movimentos de revolta contra o sistema da República Velha ganharam mais força, tendo como principal exemplo o movimento tenentista, que durou de 1922 a 1927, e teve como principais figuras oficiais intermediários do Exército (FAUSTO, 1995, p.307). Grupos revolucionários de diversos espectros políticos protagonizaram revoltas que desencadearam a fragilização das relações que sustentavam as estruturas em que o Estado brasileiro se constituía naquele momento. No ano de 1930, ocorreu um dos marcos mais importantes da história republicana no Brasil, a conhecida Revolução de 30. Sob o comando de Getúlio Vargas, a Revolução instaurou no país um novo quadro político, bem diferente do que era observado anteriormente. Como explica o Fausto,

Um novo tipo de Estado nasceu após 1930, distinguindo-se do Estado oligárquico não apenas pela centralização e pelo maior grau de autonomia como também por outros elementos. Devemos acentuar pelo menos três dentre eles: 1. atuação econômica, voltada gradativamente para os objetivos de promover a industrialização; 2. a atuação social, tendente a dar algum tipo de proteção aos trabalhadores urbanos, incorporando-os, a seguir, a uma aliança de classes promovidas pelo poder estatal; 3. o papel central atribuído às Forças Armadas - em especial o Exército - como suporte da criação de uma indústria de base e sobretudo como fator de garantia da ordem interna (FAUSTO, 1995, p. 327).

As transformações neste novo (ou não tão novo) Estado foram observadas mudanças nos aspectos sociais e políticos, mas sobretudo no visual das cidades, que a partir de então seriam os novos palcos para as cenas políticas que seriam protagonizadas. O conceito de modernidade e de novo se expande nessas três primeiras décadas do século XX, e as transformações urbanas ficam cada vez mais explícitas, especialmente com a chegada de novas tecnologias que se disseminam por várias cidades do país.

As novidades se espriam pelas avenidas e pelos becos das grandes cidades. A eletricidade, o cinema, o automóvel, a locomotiva, o bonde, o avião, a publicidade, a moda, o relógio, o telefone, o rádio, os alimentos enlatados, os novos medicamentos e cosméticos, os cigarros e charutos industrializados, a prática de esportes, os banhos de mar, as confeitarias que se instalam em nobres endereços e as artes plásticas dão visibilidade a essas mudanças vertiginosas de feições tão modernas (NASCIMENTO, 2013, p.41).

Além da chegada de novas tecnologias, cidades brasileiras experimentaram

nesse período a implementação de diversos projetos urbanísticos de desenvolvimento e modernização desses espaços. Mais especificamente Recife e Salvador - que desde o período colonial foram cidades de importante destaque no cenário nacional - foram cidades que buscaram implementar alguns planos urbanísticos que não apenas visavam modernizá-las, mas também apagar as características coloniais ainda presentes na arquitetura das cidades. “O passado aparece como uma preocupação comum nas falas de agentes sociais de origens diversas, evidenciando-se como elemento fundamental no processo de modernização.” (ASSUNÇÃO, DANTAS, 2018, p. 394).

No caso recifense, a questão do desenvolvimento urbanístico ficou ainda mais em evidência pois a cidade foi um importante centro de influências culturais e políticas. Segundo a autora Virgínia Pontual, em “O urbanismo no Recife: entre ideias e representações”, os anos de 1920 e 1930 representaram para a cidade do Recife um momento de grande efervescência cultural, sendo esse um ambiente bastante favorável a um projeto de modernização (PONTUAL, 1999, p. 90).

Neste período, o Recife enfrentava um grande dilema com as habitações conhecidas como mocambos. Boa parte do centro da cidade estava ocupada por essas moradias populares, indo na contramão de um projeto modernizador. Além disso, os discursos predominantes da época contra os mocambos estavam associados a uma premissa higienista e eugênica, de defesa da salubridade e da ordem. “A luta contra o mocambo estava associada a outro requisito inerente a uma cidade moderna: a salubridade, no caso particular da geografia do Recife, com o aterro dos alagados. A salubridade era um componente muito forte no imaginário do recifense [...]” (PONTUAL, 1999, p. 95). E neste sentido a destruição dos mocambos era consensual entre os estudiosos e urbanistas do período. Assim, a política de revitalização da cidade também estava relacionada a um processo de controle sanitário, mas que também visava dificultar o surgimento de eclosões sociais e manter o controle dessas populações.

Os aplausos à política de erradicação dos mocambos eram generalizados e unânimes em toda imprensa de então. Destruir mocambos era tratar da tuberculose, da febre tifoide, da mortalidade infantil, era tratar de engenharia sanitária e hidráulica, era extinguir os focos de indisciplina e de fermento revolucionário (PONTUAL, 1999, p. 95).

Semelhante à situação do Recife, a cidade de Salvador empreende um extenso processo progressista de modernização, apoiando-se também nas políticas higienistas que se espalharam pelo país. Além da questão higienista, a capital baiana buscava romper com suas memórias coloniais que ainda estavam vivas durante o início da República, por isso, a tendência de destruição do velho e do passado é uma marca importante desse processo. “Assim, em Salvador, os vestígios coloniais e escravistas se degradavam em busca de uma cidade livre, republicana e moderna. Havia a necessidade de rupturas para que as transformações pudessem ocorrer” (NASCIMENTO, SILVA 2000, p. 31).

O espírito das mudanças e renovação se disseminou por todos os lados, inclusive puderam ser observadas no comportamento e nas vestimentas femininas, que seguiam esse mesmo conceito de modernidade e de futuro, indo de encontro com a estrutura conservadora desse período.

Mary Del Priore (2005, p. 258) lembra que a moda feminina nessa época era o cabelo curto (a la garçonne), chapéu colche, saltos baixos, saia curta e cigarreira. Essa forma da mulher se portar na sociedade não era apenas estilo, mas uma perspectiva de modernidade que se contrapunha à ideia conservadora de sociedade (SILVA, 2014, p. 2298).

Por outro lado, como explica a autora Alcileide Cabral, apesar das mulheres estarem usufruindo de mais liberdade e sociabilizando em novos espaços como cinemas e cafés, pairavam temores de que esses novos comportamentos poderiam colocar em perigo a família e a honra feminina. (NASCIMENTO, 2013, p. 41-42)

A partir deste novo contexto de mudanças apresentado, é necessário compreender o papel das mulheres nesses novos espaços de convivência, e como esses espaços também tensionaram as antigas estruturas patriarcais impostas, que restringiam as mulheres apenas ao confinamento do lar. E foi em meio às contradições e transformações, que o feminismo floresceu nas cidades nordestinas nas primeiras décadas do século XX. Todavia esse florescimento na região do Nordeste brasileiro esteve marcado por diversas dificuldades, visto que diversas questões patriarcais ainda estavam presentes de forma bastante acentuada, como explica Maria Amélia Almeida

Eram novos ares, com grande ressonância nos costumes e nas práticas

sociais que, de certa forma, empurravam o sexo feminino porta afora do mundo doméstico. Por outro lado, as raízes patriarcais pareciam estar mais afincadas em terras nordestinas. As relações de dominação peculiares da ordem senhorial-escravocrata vividas aqui em intensidade, também se estendiam ao campo do confronto homem/mulher, mantendo esta última alheia, ou impotente para refletir acerca de sua própria condição (ALMEIDA, 1986, p. 14-15).

O Brasil como um todo estava experimentando uma grande onda de mudanças especialmente no que diz respeito à condição das mulheres nessa sociedade. Os famosos anos de 1920 podem ser considerados como um grande divisor de águas na história do movimento sufragista, pois em 1927, o estado do Rio Grande do Norte reconheceu pela primeira vez duas mulheres como eleitoras. Esse importante evento na história da primeira república demonstrou, sobretudo, a força e o impacto do movimento feminista no nordeste brasileiro.

Foi a porta aberta para uma avalanche de mulheres que recorreram à Justiça do estado para garantir o seu direito de votar e serem votadas. A corrida pelo alistamento foi iniciada por Julia Alves Barbosa e Celina Guimarães Viana, uma professora de Mossoró que se tornou a primeira eleitora do Brasil a partir do parecer favorável concedido pela justiça local a 25 de novembro de 1927 (SCHUMACHER; BRAZIL, 2000, p. 219).

Entretanto, a força do projeto feminista dava seus sinais já nos primeiros anos da década de 20. Em 1922, o movimento feminista liberal brasileiro dá um importante passo com a criação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). Idealizada e dirigida pela bióloga e advogada Bertha Lutz, a FBPF foi sem dúvida um dos movimentos feministas de maior expressão na luta pelo direito das mulheres do período (PINTO, 2003, p. 23). Bertha Lutz inicia sua trajetória na luta pela emancipação feminina após regressar de Paris, onde se formou em biologia pela Sorbonne. Poucos anos após o seu retorno para o Brasil, Bertha Lutz faz novas viagens para a Europa e Estados Unidos como representante brasileira. Devido à sua experiência na Europa Bertha esteve em contato com a efervescência feminista do Hemisfério Norte. Como explica a Emelly Facundes, uma das primeiras estratégias de Bertha Lutz como liderança feminista era a de articular-se com diversas redes feministas internacionais por meio da participação de conferências feministas. Desse modo, ela garantiu sua participação na I Conferência da Associação Pan-americana de mulheres, em 1922, em Baltimore, nos Estados Unidos (2018, p. 24). Durante a Conferência, Bertha se aproxima da feminista Chapman Catt, que posteriormente aconselhou Lutz a organizar o I Congresso

Internacional pelo Progresso Feminino, no Rio de Janeiro, onde foi fundada oficialmente a FBPF.

Percebemos que, pouco a pouco, a atuação de Bertha Lutz e de outras mulheres do feminismo liberal passaram a questionar e abalar as relações patriarcais de gênero e poder, buscando a participação em novos espaços na cena pública. Para isso, porém, eram necessárias estratégias de disseminação das ideias feministas. Objetivando a expansão do movimento em âmbito nacional, foram estabelecidas redes feministas formadas por mulheres interessadas em dar voz à luta pela ampliação da cidadania feminina. Assim, foram fundadas pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino filiais em diversos estados do país, das quais analisaremos doravante a atuação feminista nas sucursais de Pernambuco e da Bahia.

2. AS REDES FEMINISTAS EM PERNAMBUCO E NA BAHIA NOS ANOS DE 1920 E 1930

O movimento feminista no Brasil ganhou bastante visibilidade especialmente com a criação de movimento organizado por Bertha Lutz. Por outro lado, um importante aspecto do qual devemos destacar é de que diferentemente de outros movimentos, a Federação Brasileira não se manteve restrita apenas ao sul/sudeste brasileiro, pois uma das suas principais estratégias era a expansão nacional da Federação por meio de várias filiais pelo país (PINTO, 2003, p.23) criando assim uma forte rede de apoio feminista. Apesar de terem existido inúmeras sucursais pelo Brasil, trataremos aqui especificamente dos casos da Bahia e de Pernambuco, que sem dúvida foram importantes bases para a construção dessa extensa rede feminista constituída no Nordeste durante a primeira metade do século XX.

Embora essa organização feminista estivesse difusa por diversos estados do Brasil, a Federação Brasileira buscou articular nacionalmente uma rede de apoio especialmente vinculado à mulheres socialmente mais privilegiadas. Como explica a Emelly Facundes muitas dessas mulheres eram intelectualizadas ou parentes de importantes políticos. Além disso, muitas delas tinham influências nos meios de imprensa escrita e acesso a deputados e senadores (FACUNDES, 2018, p. 25).

Um exemplo dessas mulheres era a própria Bertha Lutz que tinha origens em uma família socialmente privilegiada, e assim ela aproveitava do seu prestígio e contatos para estabelecer diálogos com parlamentares que pudessem apoiar suas pautas sobre direito ao voto feminino no Congresso Nacional (FACUNDES, 2018, p. 26). Nas filiais nordestinas da Federação - Bahia e Pernambuco - também podemos observar a presença de mulheres muito bem posicionadas socialmente. Edwiges de Sá Pereira e Edith Mendes da Gama Abreu foram as duas figuras escolhidas para ocuparem os cargos de liderança da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino (FPPF) e da Federação Bahiana pelo Progresso Feminino (FBaPF), respectivamente. Ambas vinham de famílias influentes de seus estados e tiveram desde a juventude acesso à educação e possuíam um forte vínculo com o mundo da intelectualidade e da literatura. Curiosamente assumiram as diretorias das suas devidas Federações no mesmo ano, em 1931. Além disso, elas mantiveram

contatos constantes com a Federação Brasileira e algumas vezes com a própria Bertha Lutz. Apesar das diversas semelhanças em suas trajetórias, trataremos brevemente de suas biografias de forma individual para compreendermos os contextos nas quais essas mulheres estavam inseridas.

Edwiges de Sá Pereira, nascida no ano de 1884, na cidade de Barreiros (Zona da Mata Sul de Pernambuco), era filha do bacharel José Bonifácio de Sá Pereira e D. Maria Amélia Rocha de Sá Pereira. Com apenas 16 anos Edwiges lançou o seu primeiro livro de poemas, “Campesinas”. Aos 17 anos ingressou na Academia Pernambucana de Letras na condição de sócia. Posteriormente, formou-se como professora de História Geral e do Brasil, pela Escola Normal. (NASCIMENTO, 2013. p. 88-89)

. **Figura 1** - Fotografia de Edwiges de Sá Pereira



Fonte: Fotografia disponível na dissertação de mestrado da Emelly Sueny Facundes (2018).

Segundo Emelly Facundes, desde os anos de 1920 Edwiges já trocava correspondência com Bertha Lutz, porém foi apenas em 1931 que ela de fato se envolveu de forma mais efetiva nas atividades da Federação Brasileira (FACUNDES, 2018, p. 34).

Em 10 de novembro de 1931, no Clube Internacional do Recife, já sob a liderança da Edwiges, foi oficializada a criação da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino (FPPF). Como explica Alcileide Cabral, a Federação Pernambucana alcançou uma grande repercussão na cidade do Recife. Além disso, a filial exerceu uma importante colaboração nacional no processo de aprovação de

emendas feministas na Assembleia Nacional Constituinte. A Federação encerrou suas atividades no ano de 1937 por um decreto-lei no governo de Getúlio Vargas (NASCIMENTO, 2013, p. 131). Acompanhando a mesma tendência da Federação Brasileira, Edwiges buscava em seus círculos sociais mulheres intelectuais e que estavam posicionadas em espaços privilegiados para integrarem a Federação em Pernambuco.

As mulheres que fizeram parte da FPPF advinham de famílias abastadas, da elite intelectual feminina, sendo em sua maioria da classe alta e média. Além disso, essas mulheres eram lidas como mulheres brancas pela sociedade da época, acarretando mais um lugar de privilégio. Elas estavam ligadas às atividades intelectuais, eram professoras em sua maioria, pintoras, poetisas, escritoras e profissionais liberais (FACUNDES, 2018, p 37).

De forma muito semelhante se desenvolveu a Federação Bahiana pelo Progresso Feminino, uma das filiais nordestinas da Federação Brasileira. Sob a liderança de Edith Mendes da Gama e Abreu, a FBaPF foi oficialmente criada em Salvador, em 9 de abril de 1931. Assim como a Federação Pernambucana, a Baiana também realizou uma festa de inauguração que chamou a atenção da sociedade. Realizada no Salão Nobre do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, o evento reuniu diversas autoridades da política local e do feminismo da época, além de contar com cobertura da imprensa local que noticiou o acontecimento nas colunas de jornais (ALMEIDA, 1986 p.20). Para entendermos melhor a Federação Bahiana é necessário falarmos sobre a trajetória e vida de um dos nomes mais importantes do feminismo baiano, a Edith Abreu.

Figura 2 - Fotografia de Edith Abreu, representante da Federação Bahiana pelo Progresso Feminino



Fonte: Jornal “ETC”, 15/05/1933¹

Edith Mendes da Gama e Abreu, nasceu em 13 de outubro de 1903, em Feira de Santana, cidade da Bahia. Edith era filha de Maria Augusta Falcão Mendes da Costa e de João Mendes da Costa, prefeito de Feira de Santana entre 1931 e 1933 (SCHUMAHER & BRAZIL, 2000, 188). Formou-se em pedagogia, ciências sociais, filosofia e literatura (SCHUMAHER & BRAZIL, 2000, 188). Assim como Edwiges de Sá, Edith Abreu manteve contatos constantes com a Federação Brasileira, inclusive participando de eventos em que Bertha Lutz também estava presente.

¹ Disponível em: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Figura 3 - Fotografia do almoço das feministas da FBPF em 1931. Nesta imagem pode-se ver Bertha Lutz (quarta mulher sentada, da esquerda para a direita) ao lado de Edith Abreu (quinta mulher sentada, da esquerda para a direita).



Fonte: Fotografia disponível no fundo FBPF – Arquivo digital da Biblioteca Nacional (SIAN), 1931.

De modo geral, podemos afirmar que Bertha, Edwiges, Edith e as demais mulheres que integravam esse novo movimento eram mulheres bem posicionadas socialmente, e que, usufruindo de suas condições de privilégios, elevaram o debate público sobre a luta feminina a novos patamares.

2.1 Maternidade, divórcio e afins: concepções e tensões sobre temáticas “progressistas” na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

Um dado curioso sobre as vidas de Bertha Lutz, Edwiges de Sá e Edith Abreu era que ambas compartilhavam o fato de não terem vivenciado a maternidade. Segundo a autora Alcileide Cabral, esse fato pode ser explicado pois “o ingresso em um mundo masculino pela via da atividade intelectual e da militância política parece ter sido impeditivo ao casamento e à maternidade ou, talvez, isso tenha sido uma escolha.” (NASCIMENTO, 2013, p. 90). Embora não tivessem filhos, a questão da maternidade compunha um dos importantes debates empreendidos pelas feministas. Tanto na Federação Pernambucana como na Baiana podemos observar que a defesa da infância e da maternidade eram lutas centrais.

Como um exemplo de demonstração simbólica de proteção à maternidade, a ação promovida pela Federação Baiana, em maio de 1931, em que foi levado um bolo para as mães pobres na Maternidade Climério de Oliveira. Como podemos ver em um trecho de um relatório da FBaPF:

Em Maio de 1931 commemorou a “FEDERAÇÃO BAHIANA” o dia das MÃE, aderindo á iniciativa da “FEDERAÇÃO BRAZILEIRA PELO PROGRESSO FEMININO”. Officiei ao Sr. Dr. Director da instrução, solicitando-le obtivesse de todos os professores n’esta data, palestras alusivas á festividade. Do mesmo jeito agi perante os presidentes de outras associações. E a nossa encorporada, e em companhia de um representante da imprensa, visitou a MATERNIDADE CLIMERIO DE OLIVERIA levando um bolo para as MÃES pobres (RELATÓRIO da Federação Baiana pelo Progresso Feminino, 1931).

Entretanto, antes da criação da Federação Baiana, uma feminista chamada Amanda Costa Pinto, que negociava com a Federação Brasileira para a criação de uma filial na Bahia antes de 1931, envia uma carta questionando diretamente a Bertha Lutz sobre qual seria o posicionamento das feministas cariocas com relação às sócias que eram mães:

Será que as mulheres com filhos não poderão fazer partes da Federação?... Si assim fôra, teria eu de ser excluída pois tenho filhos a quem adóro e isto nunca me impediu de levar á frente ás minhas idéas;

penso, mesmo que devemos mostrar que a maternidade não é nem deve ser, nunca, um obstáculo, no que diz respeito à vida exterior da mulher; antes pelo contrário, as que são mães são as que mais precisam exercer os seus direitos, porquanto maiores seus cargos e responsabilidades (Carta de Amanda Costa Pinto a Bertha Lutz, SIAN - Fundo FBPF, 1930).

Infelizmente não foram encontradas as cartas onde supostamente Lutz menciona a maternidade como um fator de não-inclusão de sócias. Tampouco encontramos uma carta de resposta ao questionamento da Amanda.

O envolvimento da Amanda Costa com a história da Federação nos revela outras questões importantes, inclusive sobre alguns posicionamentos da própria Federação Brasileira. Possivelmente desde o ano de 1930 ou talvez antes de 1930, Amanda Costa Pinto - uma feminista da Bahia - já estava em diálogos com a FBPF, por meio de cartas, e demonstrava constantemente o interesse em integrar a futura sucursal baiana que seria fundada apenas em 1931. Do mesmo modo, Bertha Lutz também a escrevia questionando sobre a possibilidade de integrar a Federação Baiana como a liderança principal (Carta da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino para Amanda Costa Pinto, SIAN - Fundo FBPF. 22 de agosto de 1930). Entretanto, como foi explicado anteriormente, Edith Abreu assumiu esse posto de liderança em 1931.

O fato que pode explicar a não aceitação do nome da Amanda Pinto na Federação Baiana são algumas informações de sua vida privada (não se sabe se eram verdadeiras ou não) das quais foram reveladas por meio de cartas enviadas para a Federação Brasileira, por uma mulher que se dizia feminista da Bahia, Maria Pinheiro – de quem não temos mais informações.

Em suas palavras, ela descreve que a Amanda não seria um bom nome para representar o movimento feminista na Bahia e poderia prejudicar a luta das mulheres. Segundo Maria Pinheiro,

Ela ficaria bem no segundo plano, mas para chefe, ela, não convém: - Tendo sido casada em Portugal, deixou o marido, veio a Bahia fazendo parte de uma trupe teatral, destacou-se do grupo para ficar aqui vivendo em companhia de um médico, que, mais tarde veio a casar-se com ela por causa dos filhos. Tudo isso pode não prejudicar na vida particular, mas é fácil de avaliar-se o efeito que essas crises produzem, num meio atrasado como é a Bahia neste ponto (Carta de Maria Pinheiro para a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, SIAN - Fundo FBPF. 9 de setembro de 1930).

Ou seja, provavelmente, as informações da Maria Pinheiro talvez tenham

exercido um certo peso nas decisões futuras de Bertha, especialmente, porque durante esse período o divórcio era um debate que dividia muitas opiniões, inclusive dentro do movimento feminista no Brasil. Não podemos afirmar que essa foi a razão da exclusão do nome de Amanda, pois como explica Emelly Facundes, a própria Bertha buscava manter uma neutralidade sobre esse assunto (2018, p. 41).

As feministas da FBPF procuravam não causar polêmicas nas defesas de suas pautas, mantendo-se neutras quando questionadas sobre temas como o divórcio, por exemplo. Os discursos da entidade não colocavam em perigo o status da instituição familiar como base da sociedade, seu posicionamento era no sentido de fortalecer o lugar das mulheres no espaço público e político (FACUNDES, 2018, p. 26).

Apesar do não posicionamento explícito da Federação e da própria Bertha Lutz, devemos ressaltar que durante esse período, a questão do divórcio era tratado como um tema imoral, como explica a autora Izabelle Barbosa:

O divórcio a vínculo era compreendido como motivador de paixões humanas; a paixão, vista como um sentimento fugaz e momentâneo ligado à carne, não conferia um meio para se construir uma família legítima. O divórcio definitivo abria as portas para a prática da imoralidade dentro da sociedade, e o controle sobre a moral se dava através da promoção do casamento, do controle sobre a família, do coibir das paixões masculinas e do exercício da proteção às mulheres (BARBOSA, 2016, p. 85).

A não aceitação da Amanda Pinto representa uma clara estratégia da Federação Brasileira de não se indispor com esses setores da sociedade baiana mais conservadores e da tentativa de preservar as feministas de acusações negativas, que pudessem interferir nas futuras conquistas. E assim, a escolha da Edith Mendes da Gama e Abreu foi concretizada no ano de 1931, trazendo para a filial na Bahia a imagem de um feminista ilibada e moderada em seus discursos.

A partir das informações apresentadas, podemos perceber que essas mulheres feministas, advindas de uma posição social de privilégio, estavam alinhadas em questões fundamentais para o projeto feminista liberal, entretando divergiam sobre outros aspectos, como por exemplo o divórcio, que, para a sociedade em que estavam inseridas, era considerado uma prática imoral. Por outro lado, devemos considerar que para a realidade histórica brasileira, do início do

século XX, questões que, vistas aos olhos de hoje são aceitáveis, para a época seriam impensáveis. Nesse sentido, historicizar o debate e compreender o contexto histórico analisado é parte fundamental deste trabalho. Além dos debates sobre maternidade e divórcio, apresentamos a seguir as discussões sobre como eram concebidos os conceitos de gênero e raça no século XX, e como estes eram entendidos dentro do movimento feminista liberal em Pernambuco e na Bahia.

2.2 “E as mulheres de côr?”: O feminismo liberal em Pernambuco e na Bahia e as suas concepções de raça

Uma importante questão da qual muitas vezes é negligenciada em estudos sobre gênero é a questão da raça, especialmente quando se trata das pesquisas sobre movimentos feministas no início do século XX. Geralmente a marginalização da categoria racial é justificada por uma suposta ausência de discussões públicas no meio feminista que tinham relevância sobre o assunto no período. Todavia, devemos perceber que a ausência de um debate tão crucial para o país em um período de pós-abolição é um tanto sintomático. Exatamente nesse mesmo período, foi engendrado no país um projeto de “embranquecimento” da população, sendo essa um dos pilares fundamentais do processo de “modernização” e progresso da nação (FACUNDES, 2018, p. 20).

Além disso, como aponta a escritora baiana Carla Akotirene, o debate sobre feminismo negro já aparecia nos EUA durante o final do século XIX, dando como exemplo o discurso da Sojourner Truth, no ano de 1851. Truth durante o seu discurso improvisado “Eu não sou uma mulher?” denuncia as mais diversas opressões sofridas por uma mulher negra e escravizada (AKOTIRENE, p. 17).

No contexto brasileiro, o feminismo liberal - conduzido pela Federação Brasileira - não demonstrou nenhum tipo de preocupação com a emancipação das mulheres negras. Em uma das cartas escritas por Amanda Pinto para Bertha Lutz, ela questiona exatamente sobre a possibilidade da participação de sócias de “côr” na Federação Baiana:

Desejava saber se são aceitas sócias de côr preta, pois aqui é muito difícil ou quase impossível fazer seleção de côr, visto haver grande numero de pretas que se dedicam á intelectualidade. Infelizmente vê-se nas

Faculdades maior número de mulheres e de mulheres escuras do que brancas. (Carta datilografada de Amanda Pinto a Bertha Lutz, 2 de junho de 1930, Arquivo Nacional – Fundo FBPF Arquivo Digital).

Essa indagação foi posteriormente respondida para Amanda por meio de uma carta da Federação Brasileira em que dizia:

Quanto ao que pergunta sobre seleção de cor, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino responde: “Para ella não há mulher de cor. E sim mulher que deseja o progresso e o que ella quer conquistar por meio do trabalho honesto.” Será bom entretanto estabelecer um equilíbrio neste sentido devido aos preconceitos daquelles que ainda fazem seleção de cor. (Carta datilografada da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino para Amanda Costa Pinto, 22 e agosto de 1930 Arquivo Nacional – Fundo FBPF, Arquivo Digital).

Nesta resposta da Federação Brasileira podemos observar um discurso bastante contraditório pois, ao mesmo tempo, quando afirmam que “não há mulher de cor” reconhecem que existem preconceitos direcionados às pessoas não-brancas. Nesse sentido, podemos perceber que direta ou indiretamente as feministas reproduziam as estruturas raciais, mesmo identificando a discriminação sofrida por esses indivíduos.

O posicionamento da Federação Brasileira em relação às pessoas “de cor” estava em consonância com as teorias raciais que estavam se popularizando por todo o país durante as primeiras décadas do século XX. Uma dessas teorias era a Democracia Racial, que teve como um dos principais pensadores o historiador pernambucano Gilberto Freyre.

“Democracia racial, a rigor, significa um sistema racial desprovido de qualquer barreira legal ou institucional para a igualdade racial, e, em certa medida, um sistema racial desprovido de qualquer manifestação de preconceito ou discriminação.” (DOMINGUES, 2005, p. 116) De acordo com esse sistema de democracia racial, a Lei Áurea (1888) havia extinto o principal dispositivo de opressão dos negros, a escravidão. Nesta tese, a partir da abolição da escravidão estava supostamente sendo inaugurada uma sociedade que oferecia oportunidades iguais para todos, sem distinção de cor.

Dessa forma é totalmente compreensível que a Federação reproduza naquele contexto uma fala em que dizia “não há mulher de cor”, porque de fato não havia, sob a ótica do discurso da democracia racial, que imperava nos anos de

1930. Afinal, devemos salientar que, apesar de defenderem posições mais vanguardistas, essas mulheres eram frutos de seu tempo. Por outro lado, um fato incontestável é que havia uma dificuldade por parte da Federação de compreender que as mulheres negras podiam “experimentar situações de racismo de maneiras especificamente relacionadas ao seu gênero” (CRENSHAW, 2004, p. 9). Segundo Babel Nepomuceno

Às mulheres negras não coube experimentar o mesmo tipo de submissão vivido pelas mulheres brancas de elite até inícios do século XX. Tampouco, seu espaço de atuação foi unicamente privado, reservado às bem-nascidas, uma vez que, pobres e discriminadas, se viram forçadas a lançar mão de uma gama de estratégias para sobreviver e fazer frente aos desafios cotidianos.” (NEPOMUCENO, 2013, p. 383).

Essas diferentes formas de experimentar as discriminações criaram profundas cisões entre as próprias mulheres, afastando-as; especialmente as não-brancas dos processos de lutas e reivindicações femininas. A ideia de Democracia Racial forjava uma falsa ideia de igualdade, mas que na realidade maquiava um sistema de segregação e hierarquização racial já estabelecida desde a chegada dos europeus nas Américas. Como bem explica a escritora Lélia Gonzalez

Racialmente estratificadas, dispensaram formas abertas de segregação, uma vez que as hierarquias garantem a superioridade dos brancos enquanto grupo dominante. A expressão do humorista Millôr Fernandes, ao afirmar que “no Brasil não existe racismo porque o negro reconhece o seu lugar”, sintetiza o que acabamos de expor. (GONZALEZ, p. 73, 1988).

Ou seja, podemos compreender essa questão não apenas como uma ideia ou um tipo de teoria, mas como um projeto racialmente estruturado, que ao longo do tempo adota novas faces. Ainda sobre o posicionamento da Federação, no documento podemos destacar o uso do conceito de Progresso. A ideia positivista de progresso, que nasce no século XIX, também esteve conceitualmente atrelada a uma noção de pureza racial, sendo a miscigenação um fator de atraso da nação. Segundo Emelly Facundes

Esse projeto era fundamentado no discurso médico da higiene, da urbanização e da educação cívica. O eugenismo ou “teoria das raças” se difundiu como ideário basilar para o planejamento dessa nova nação. Essa ideologia atrelava a ideia de “progresso e civilização” à pureza da raça,

entendendo a miscigenação como uma das causas do atraso e da degeneração da nação. Dessa maneira, buscava meios de “embranquecer” a sociedade, tendo a cultura europeia como parâmetro de civilidade. (FACUNDES, 2018, p. 7-8,).

É importante ressaltar que o positivismo, elaborado pelo filósofo Augusto Comte no século XIX, possuía como umas das principais premissas a ideia de “progresso da pátria”, todavia as raízes desse projeto de progresso estavam totalmente desconectadas das noções de progresso feminino - apesar deste ser o um dos pilares da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Em essência, o positivismo como uma corrente filosófica e instrumento de compreensão da sociedade defende, na realidade, a subordinação das mulheres em relação aos homens. Ao explicar a posição das mulheres dentro do pensamento positivista, a escritora Carole Pateman diz que a subordinação das mulheres era considerada como algo “natural”, preestabelecido e que automaticamente elas eram “excluídas da condição de “indivíduos” e, portanto, de participar do mundo público da igualdade, do consentimento e das convenções.” (PATEMAN, 2013, p. 58).

Mas afinal, o que de fato afastou a pauta racial do movimento das mulheres bahianas e pernambucanas no início do século XX? Apesar de analisar os movimentos feministas norte-americanos do final do século XX, a escritora Kimberlé Crenshaw em seu trabalho “Interseccionalidade na discriminação de gênero e raça”, nos aponta uma dos possíveis caminhos para compreender essa questão ao dizer que

Uma das dificuldades é que mesmo dentro dos movimentos feministas e anti-racistas, raça e gênero são vistos como problemas mutuamente exclusivos. [...] Em parte, o problema é que pensamos esses movimentos separadamente e acreditamos que as intervenções devam priorizar uma questão de cada vez. É difícil demais fazer mais de uma coisa ao mesmo tempo. Os líderes argumentam que isso acontece porque as mobilizações se baseiam nos interesses das pessoas racialmente dominantes nos movimentos de mulheres, as brancas. E nas dominantes quanto ao gênero, nos movimentos contra o racismo, os homens negros. Ora, essa situação torna as mulheres negras invisíveis (CRENSHAW, 2004, p. 14).

Apesar desse afastamento da questão racial devemos ressaltar que “nos anos 1920, [de] duas mulheres negras, Almerinda Farias Gama e Maria Rita Soares de Andrade, [que] contribuíram na criação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF).” (SILVA, FERREIRA, 2017, p. 1019), sendo esta Federação

dirigida por Maria Rita no ano de 1951. Inclusive podemos ver a Maria Rita em uma fotografia de uma reunião da Federação Brasileira. Nela podemos observar à mesa Bertha Lutz, Edith Abreu e Maria Rita (a única mulher não-branca presente na fotografia).

Figura 4 - Fotografia do almoço das feministas da FBPF em 1931. Na fotografia podemos ver que das mulheres de costas a 1º (da esquerda para direita) está a Maria Rita sentada. Além dela, podemos ver a Bertha Lutz e Edith Mendes (das mulheres que estão de frente para a foto).



Fonte: Fotografia disponível no fundo FBPF – Arquivo digital da Biblioteca Nacional (SIAN)

Apesar da ausência de um debate explícito sobre a condição de vida das mulheres negras e como as opressões as afetaram diretamente, é importante dizer que essas redes feministas presentes no Nordeste foram essenciais nos processos de lutas e reivindicações dos direitos das mulheres, visto que, por meio deles, diversas demandas foram conquistadas. Nesse sentido devemos reconhecer a sua importância e garantir que a memória das mulheres que lutaram em prol da causa feminista esteja sempre preservada e assegurada.

A partir das informações apresentadas, devemos refletir sobre as concepções defendidas pelo movimento feminista brasileiro do início do século XX, especialmente com relação às questões de raça. Por meio das análises da correspondência entre Amanda Pinto e a Federação Brasileira evidencia-se uma certa contradição entre o discurso da FBPF “de não haver mulher de cor” e a realidade de discriminação e opressões enfrentadas pelas mulheres negras. As teorias raciais, como a democracia racial desenvolvida por Gilberto Freyre, estavam

disseminadas pelo país nos anos de 1930, e buscavam neutralizar a segregação racial mascarada no Brasil, influenciando em certa medida os posicionamentos das feministas. Por outro lado, é importante reconhecer que existiam limites dos quais essas mulheres ainda não haviam cruzado. Além disso, devemos destacar que as lutas travadas por essas mulheres abriram caminhos para conquistas posteriores.

Em seguida, trataremos sobre as estratégias de propaganda adotadas pelas feministas em Pernambuco e na Bahia, e como os periódicos da época eram utilizados como meio de veiculação tanto para a promoção das ideias feministas como para discursos contrários, que por vezes anunciavam catastroficamente os “males” do feminismo para a sociedade.

3. OS DEBATES FEMINISTAS E A REAÇÃO ANTIFEMINISTA NA IMPRENSA BAIANA E PERNAMBUCANA (1920 a 1930)

3.1 O debate feminista e a imprensa nos anos de 1920 a 1930

Os jornais foram um dos principais meios que noticiaram e registraram os avanços e os impactos do movimento feminista nas primeiras décadas do século XX. Acompanhando o crescimento das grandes cidades e o interesse da população em manter-se informada (apesar dos altos índices de analfabetismo no país), os jornais se popularizaram pelo país e foram usados não apenas para noticiar os acontecimentos do momento, mas como um veículo de propaganda e difusão de ideias - inclusive as feministas que efervescem nos anos de 20 e 30 no Brasil.

Celi Pinto tem razão quando afirma que a “mensagem escrita era a única forma de comunicação de massas nesses anos de luta”. E é nessa seara que entram as mulheres, já que a imprensa se constituía como “o principal meio de troca de ideias e informações entre os brasileiros alfabetizados.” (NASCIMENTO; LUZ, 2015, p. 16).

Um dos mais relevantes debates que estamparam as colunas de jornais naquele período foi a possibilidade do sufrágio feminino. No ano de 1927, a história das mulheres brasileiras inicia um novo capítulo: a aprovação da emenda estadual que garantia pela primeira vez a possibilidade das mulheres do Rio Grande do Norte exercerem o direito ao voto.

Não podemos deixar de comentar que essa conquista só foi possível graças ao contato do então senador Juvenal Lamartine com a Bertha Lutz no Congresso Nacional, que a muito tempo já reivindicava a igualdade política entre homens e mulheres. Esse apoio de Lamartine já vinha sendo costurado anos antes, como explica a Mônica Karawejczyk “desde 1922 Lamartine vinha participando das reuniões da FBPF” (KARAWEJCZYK, 2013, p. 291). Como nos explica Mônica, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino realizou diversas homenagens ao Juvenal Lamartine.

Figura 5 - Fotografia do governador do Rio Grande do Norte Juvenal Lamartine e líderes feministas no estado do Rio de Janeiro



Fonte: Fotografia disponível no acervo da “Brasiliana Fotográfica”. 05/05/1928.

O apoio dado pelo Lamartine foi de grande importância naquele contexto, tanto para visibilizar o debate como para fortalecê-lo, e de alguma forma torná-lo legítimo. Como explica a Karawejczyk:

Mulheres mais ou menos audaciosas que procuraram fazer valer os seus direitos e buscaram aliados entre os políticos da época para dar legitimidade para as suas reivindicações. Assim, mais do que segregar a luta em prol do sufrágio feminino pesquisando apenas a contribuição feminina para essa conquista, também se pretende apresentar esta luta na sua relação com outros personagens dessa história, os homens, e de modo mais específico com os políticos brasileiros (KARAWEJCZYK, 2013, p. 21).

Após a aprovação da emenda em território potiguar, Bertha Lutz e a Federação Brasileira passaram a fazer propagandas em favor da ampliação do direito ao voto feminino para todo o país. A “propaganda feita pela Federação em prol do sufrágio feminino passou a se utilizar de todos os meios mais modernos disponíveis para a sua divulgação, tal como jornal, rádio e até via aérea.” (KARAWEJCZYK, 2013, p 299).

No caso das filiais bahianas e pernambucanas as estratégias adotadas seguiram o mesmo caminho, ambas buscaram utilizar os espaços dos jornais para propagar seus ideais. Com relação a filial bahiana, podemos observar que conforme ela se estabelece na região, a sucursal reforça por meio de relatórios a importância

do uso de meios como rádios e jornais para promover o movimento e alcançar as mulheres que ainda estavam indiferentes diante das questões pautadas pela Federação Bahiana.

PROPAGANDA: - A “FEDERAÇÃO BAHIANA PELO PROGRESSO FEMININO”, vem buscando quanto possível a uma associação nova e de recursos parcos, n’ um meio ainda um tanto hostil aos seus ideais, arrancar a mulher da indiferença costumeira no tocante às reivindicações que tem a fazer e mostrar-lhe, como ao homem, a legitimidade d’essas reivindicações. Para isso ha sustentado uma campanha intensíssima de propaganda pela imprensa, pelo radio, por palestra em sessões extraordinárias, pela difusão de estatutos e publicações da “FEDERAÇÃO BRAZILEIRA PELO PROGRESSO FEMININO” e dos seus próprios Estatutos e primeira publicação, por cartas, circulares a senhoras e senhoritas, etc.. (RELATÓRIO da Federação Baiana pelo Progresso Feminino, 1931).

A ideia era disseminar ao máximo as principais ideias do movimento, tornando-o visível e reconhecido pela opinião pública. De modo semelhante, a Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino (FPPF) desde a sua fundação utilizou os periódicos como meio de convocar as mulheres recifenses a compartilhar das reuniões realizadas por elas, mas também como uma forma de promover sua luta. Sobre o uso da imprensa e dos periódicos pela Federação Pernambucana, Emelly Facundes explica que

A imprensa foi o principal meio utilizado pela entidade feminista para propagar suas pautas e publicizar a instituição. Como mulheres intelectuais e de famílias bem relacionadas, elas conseguiram espaço em periódicos como o Jornal do Recife, o Jornal Pequeno, a revista A Pihéria e, em certo grau, no Diário de Pernambuco. Algumas delas, como Ida Souto Uchoa, colaboravam financeiramente com eventos de arte produzidos por alguns periódicos (FACUNDES, 2018, p. 47).

Além do uso massivo dos jornais para propagandear as ideias e ações das feministas, as fotografias também tiveram um papel crucial nesse processo. É importante destacar que a fotografia no contexto do início do século XX era utilizado principalmente para registrar encontros familiares, viagens e eventos públicos, mas com sua popularização através da imprensa, as fotografias passaram a ser utilizadas como um importante recurso de acesso à informação, sobretudo para os analfabetos (SOUSA, 2013, p.37).

Atentas às novas formas de comunicação, essas mulheres eram fotografadas periodicamente em reuniões, almoços e chás promovidos pela Federação Brasileira, como vimos representadas anteriormente nas imagens 3 (três), 4 (quatro) e 5 (cinco) deste trabalho.

Os registros fotográficos não serviam apenas para capturar momentos e memórias, mas para dar significância aos seus eventos, embelezar e tornar ainda mais sofisticada a situação registrada, demonstrando uma posição de destaque da qual se almejava. Como explica Susan Sontag, uma das maiores teóricas deste tema, “Fotografar é atribuir importância. Provavelmente não existe um tema que não possa ser embelezado; além disso, não há como suprimir a tendência, inerente a todas as fotos, de conferir valor a seus temas” (SONTAG, 1977, p. 20).

Portanto, não bastava estar em lugares da alta sociedade, era necessário registrar esses momentos. Como podemos analisar na fotografia a seguir, vemos várias mulheres sentadas em trajes formais, com seus chapéus postos, em torno de uma grande mesa em forma de semicírculo, em um ambiente suntuoso e com uma decoração que transmite uma sensação de luxo e sofisticação. O ambiente e os vários elementos que compõem a imagem nos revela a mesma mensagem da propagada pela Federação, de mulheres distintas, com ideias distintas, que frequentam seletos espaços.

Figura 6 - Fotografia do almoço Pan-americano organizado pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF)



Fonte: Fotografia disponível no fundo FBPF – Arquivo digital da Biblioteca Nacional (SIAN). 1936.

Mas assim como vários jornais passaram a noticiar a recepção do movimento feminista e seus discursos, e veicular as atividades da Federação Pernambucana e Bahiana em seus respectivos estados, as críticas antifeministas também apareceram com bastante frequência.

3.2 O antifeminismo na Imprensa nos anos de 1920 a 1930

Apesar de parecer um movimento bastante atual, o antifeminismo está presente na história desde que o movimento feminista passou a crescer e ameaçar as antigas estruturas patriarcais estabelecidas. Essas críticas ao feminismo carregaram consigo mais que um simples discurso de oposição, carregam também um temor do que esse movimento de mulheres poderia conquistar. Como afirma Mirella Tauanny, “a articulação e a atuação do sexo feminino causavam uma onda de insegurança, pois geravam concomitantemente uma série de incertezas.”

(LOPES, 2019, p. 123). E nesse sentido, os antifeministas não atacavam apenas as ideias feministas, mas também as próprias mulheres, e assim colocavam em questão a sua própria identidade enquanto mulheres. Como explica Gabriela

[...] Para além da oposição às reivindicações feministas às quais o vocábulo se reporta a uma primeira instância, o antifeminismo ganha contornos de um certo desconforto e de crítica direta ao universo feminino na sua globalidade, mesmo quando não está em causa a luta por independência financeira pelo direito de voto, pela prática de uma profissão tradicionalmente varonil ou pela sua desvinculação da figura referencial masculina da família: o pai, o marido, ou o irmão. O seu cerne são as mulheres em si enquanto seres biológicos e gênero social (MARQUES, 2014, p. 96).

Assim como as Federações bahiana e pernambucana utilizaram os periódicos como um meio para promover os debates sobre os direitos políticos das mulheres, o antifeminismo se apropriou de maneira muito semelhante dos jornais. Nos periódicos tanto bahianos como pernambucanos podemos observar um número expressivo de pessoas que se manifestaram contra os movimentos que surgiam nos respectivos estados. Desde notícias, poemas e charges, foram utilizados alguns recursos de linguagem que buscaram ridicularizar e vulgarizar as mulheres que defendiam o movimento feminista. Podemos ver abaixo um desses exemplos:

PERIGO...
Eu tenho medo de ir aquelle trecho
Da Avenida Oceanica...
Não porque um dia
Póssa ser esganado
Sobre a areia fria
Como Cyriaco...
Nem porque a policia
Queria encommodar
Os que por ali transitam
A passear.
Não é por isso, não.
É por outra razão.
As mulheres, depois do feminismo,
Gostaram de imitar o sexo barbado,
Ora imagimen que eu vá
Bem sossegado,
Olhando ceu, olhos pendidos,
Cabeça ao ar,
E uma sinhá
Tenha a lembrança
De me matar?!...
(JESOVI, 1927.)

O poema com o título “Moça Risonha”, publicado no jornal “O Combate”, no ano de 1927, podemos perceber já nos primeiros versos um temor, que segundo o escritor não é provocado pela política, mas porque uma mulher “depois do feminismo” pode ter a lembrança de matar-lo. Esse poema acima é um dentre vários veiculados nos jornais daquele período, e nos exemplifica bem o medo em relação ao que as mulheres feministas poderiam fazer. Para o autor, ser feminista naquele contexto era mais do que uma simples defesa ideológica, mas uma ameaça a sua própria integridade física. Além disso, ele expressa também a ideia de que essas mulheres, depois do feminismo, “Gostaram de imitar o sexo barbado”, como se, de alguma forma, o feminismo implicasse necessariamente em uma não-feminilidade. Como caracteriza Susan Besse, “[...] tais movimentos eram considerados ondas perigosas de desorganização social e investidas assustadoras contra a ordem divina e natural.”(BESSE, 1999, p. 214-215). Nesse sentido, como explica Mirella Tauanny “O feminismo seria, então, o grande responsável por corromper e desvirtuar o sexo feminino.” (LOPES, 2019, p. 128)

Ao noticiar a chegada da Federação Bahiana em Salvador, o jornal ETC (1931) também reforça em um trecho de uma matéria que, ao passo que o feminismo avança, as mulheres se tornariam cada vez mais masculinizadas.

Identifica-se o movimento feminista na Bahia. A Federação Feminina recentemente fundada, filiada á Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, do Rio de Janeiro, promete, tornar a mulher um fator importante para a renovação dos ideaes nacionais. A mulher masculiniza-se, isto é, sacrifica o seu espanto pela liberdade, que sacrifício estúpido! (JORNAL ETC, 1931, edição 162).

A deturpação e a ridicularização eram algumas das estratégias adotadas pelos antifeministas para tentar deslegitimar o movimento das mulheres feministas nos anos 20 e 30. E nesse sentido a imprensa exerceu um importante papel de difundir essas narrativas contrárias ao feminismo, como explica Besse

Dentre as estratégias do antifeminismo, a mais eficiente era a ridicularização e a vulgarização do feminismo. Nisto a imprensa popular desempenhou um papel importante. Ela restringia a compreensão e a aceitação pelo público associado seguidamente o movimento com questões que eram de importância apenas marginal para o problema da emancipação das mulheres (BESSE, 1996, p. 214).

A utilização dessas narrativas foi veiculada pelos jornais das capitais pernambucana e bahiana. Podemos percebê-las nas charges, que também foram usadas como recursos imagéticos para disseminar as críticas e ironizar as pautas defendidas pelas feministas nordestinas. Devemos ressaltar que as charges possuem uma grande relevância no que diz respeito ao campo de fontes para análises historiográficas. Esse tipo de fonte reflete de forma simples e sintetizada um conjunto de diversas concepções por meio de uma única imagem; além disso também expressa em um tom humorístico as opiniões de uma parcela da sociedade.

Como defendem alguns autores, dentre eles Fonseca (1999), ninguém pode negar a importância do desenho humorístico na imprensa, seja como documento histórico, como fonte de informação social e política, como termômetro de opinião, fenômeno estético, expressão artística ou como simples forma de diversão e passatempo. Não obstante, esta máxima por muito tempo não foi aplicada à caricatura e suas mais variadas formas de expressão, dentre as quais estão a charge, o cartum, a caricatura pessoal e os quadrinhos, as quais demoraram um certo tempo para serem levadas a sério pelos cientistas sociais, dentre os quais, os historiadores. Em parte, isso se deu devido à própria constituição artística estético-visual e conteúdo ideológico de que essas se fazem portadoras e que requerem uma atenção especial. (BRITO, 2018, p. 141).

Figura 7 - Charge "O Feminismo Avança"



Fonte: "ETC", 1933/edição 216.

A charge publicada em 1933, no periódico baiano "ETC", que tem como título " O feminismo avança" apresenta a representação de um espaço doméstico em que se vê um bebê sentado no chão e duas pessoas adultas. Ambos performam indivíduos masculinos, porém o bebê está de frente apenas para um homem, que aparenta estar com uma expressão facial séria. Porém, a outra pessoa adulta na imagem provavelmente ser a suposta mãe, mas como consequência dos "avanços do feminismo", essa mulher abandona seu papel doméstico de cuidadora e assume a mesma posição de um homem, e assim se vestindo com vestimentas masculinas como a calça, a gravata borboleta e o uso do cigarro. Como nos explica Mirella Lopes, a possível ameaça feminista provocava reações da sociedade que por vezes eram representadas através de charges.

Em decorrência disso e do ganho progressivo de notoriedade por parte das feministas, tornou-se frequente a veiculação de caricaturas e charges nos periódicos representando-as de modo estereotipado. Traços grotescos, feições avantajadas, pelos espalhados pelo corpo, utilização de trajés

masculinos ou, até mesmo, posturas agressivas configuravam-se como alguns dos elementos utilizados para caracterizá-las. Estas ainda tinham sua sexualidade e capacidade de amar questionadas, [...] (LOPES, 2019, p. 136)

Outra charge que satiriza os avanços feministas, apresentada na dissertação da Mirella Lopes, foi publicada pelo jornal pernambucano “A Província” (1927) em que apresenta a ilustração de uma mulher cabisbaixa e que estava rodeada por homens. “E então ela é questionada: “Por que tão grande desconsolo?”. Sem obter resposta da moça, um deles prossegue o diálogo proferindo: “Qual! Anime-se! Pois se o século é das senhoras: nos ares, nos versos, no amor, na beleza, em tudo...! Enquanto que nós somos os vencidos...”” (LOPES, 2019, p. 140).

Figura 8 - Charge do jornal “A Província” (1927)



Fonte: Feminismo. Jornal A Província (PE), 23 out. 1927, p.1,. Fundação Joaquim Nabuco. (apud LOPES, 2019, p. 140).

Para além das críticas, um temor em torno do que era o feminismo, de como ele poderia afetar as relações dessa sociedade e até que ponto ele poderia impactar as estruturas da família nuclear padrão. Por outro lado, é importante destacar que todas essas críticas negativas são sinais de que o discurso feminista impactou e estremeceu as estruturas hierárquicas do patriarcado nas capitais bahiana e pernambucana. Devemos ressaltar também que apesar das grandes dificuldades e críticas negativas enfrentadas, as estratégias adotadas pelas feministas da

Federação foram fundamentais para dar visibilidade a um debate que a décadas buscava fôlego em meio a opinião pública. Portanto, podemos afirmar que sim, as feministas foram vitoriosas ao alcançarem importantes espaços dos quais eram privadas e excluídas historicamente; e assim abriram caminho para os futuros debates sobre as diversas discriminações sofridas pelas mulheres brasileiras atualmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises das fontes primárias e secundárias sobre as lutas feministas empreendidas durante os anos de 1920 e 1930, e discussões feitas ao decorrer do trabalho monográfico, podemos observar que as estratégias da Bertha Lutz, como a criação de uma extensa rede de apoio feminista pela região Nordeste, trouxeram resultados bem positivos, visto que as filiais da Federação Brasileira na Bahia e em Pernambuco ganharam destaque no debate feminista do período.

Além disso, podemos afirmar que as principais lideranças desse movimento estavam inseridas em lugares sociais e econômicos privilegiados. Ao estabelecermos comparações entre as histórias da Bertha Lutz, Edwiges de Sá e a Edith Abreu percebemos que as três líderes vinham de famílias com algum prestígio social ou político, o que as favoreceu ao acesso a uma educação de qualidade e ao contato com leituras e escritas feministas desde a juventude. É importante salientar também que ambas as lideranças das filiais baiana e pernambucana possuíam influências nos respectivos debates das políticas regionais. Era em meio aos seus círculos sociais - da classe média intelectual - que as feministas buscavam mulheres engajadas no debate sobre direitos das mulheres. Por outro lado, deve-se ressaltar que a atuação da Bertha Lutz no nordeste foi de forte engajamento, especialmente no que se refere às campanhas pelo voto feminino. Desse modo, elas exercem um papel fundamental no processo de lutas e reivindicações de direitos para as mulheres, pautando inclusive a proteção à maternidade.

Mesmo com vários avanços, ao observamos as cartas trocadas entre algumas feministas e a Federação Brasileira constatamos que as mulheres da Federação (matriz e filiais) também reproduziram algumas contradições sociais e discursivas. Uma dessas contraditoriedades pode ser vista no fato dessas mulheres de que em seus não havia uma posição clara em relação à questão racial e a condição das mulheres negras (chamadas por ela como mulheres de côr). Percebemos nessa suposta “neutralidade” um não entendimento das problemáticas vivenciadas por pessoas negras em um país profundamente racista, visto que elas apontavam que não haviam mulheres de “côr”, como se todas estivessem em iguais condições de opressão. Apesar de observarmos na documentação que a Federação de fato reconhece as situações de preconceitos sofridos por pessoas

não-brancas, elas indiretamente reproduzem o discurso racial da época. Essa tendência seguida pela Federação repercutiu diretamente na conduta das filiais bahiana e pernambucana com relação ao tema das mulheres negras. Apesar de uma grande dificuldade em reconhecer as opressões sofridas pelas negras naquele contexto, elas defenderam um projeto de elevação universal da mulher, e mesmo que indiretamente, incluiria as mulheres não-brancas nessa jornada. Como foi dito no texto, é necessário compreendê-las dentro de um contexto histórico e cultural que fazia essa distinção e que manteve por várias décadas o abismo entre o debate de gênero e raça.

Uma outra conclusão que podemos apontar, com base nas pesquisas realizadas é a de que as opiniões expostas anteriormente sobre as problemáticas em torno do debate racial, nos revela que a raça também era um ponto de reflexão para essa mulheres, mesmo que de modo marginal. Esse dado nos leva a crer que os primeiros movimentos sufragistas do século XX, já se posicionaram, ainda que discretamente, sobre a questão.

Ademais, podemos concluir que de fato as feministas pernambucanas e baianas conviveram com uma forte onda antifeminista, engendrada e propagada especialmente por meio dos periódicos impressos, entretanto as mesmas, utilizando-se dos benefícios e dos privilégios de integrarem um grupo intelectual de elite, também foram capazes de levar o debate de políticas feministas para os jornais, que prontamente disseminaram as suas convicções. Nesse sentido, observamos que essas mulheres exerciam uma grande resiliência, pois apesar das barreiras impostas, elas foram capazes de criar várias estratégias para promover suas ideias em torno da defesa dos direitos fundamentais das mulheres brasileiras no século XX.

REFERÊNCIAS

FONTES DOCUMENTAIS

Brasiliiana Fotográfica - Ao desembarcar no Rio de Janeiro, Juvenal Lamartine é recebido por autoridades e líderes feministas. 05/05/1928.

Carta de Amanda Costa Pinto a Bertha Lutz, SIAN - Fundo FBPF, 1930.

Carta da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino para Amanda Costa Pinto, SIAN - Fundo FBPF, 22 de agosto de 1930.

Jornal ETC (BA) – 1933. (Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional).

Fotografia do almoço de feministas da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino – Fundo da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Sistema de Informações do Arquivo Nacional.

Fotografia do almoço Pan-americano organizado pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). – Fundo da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Sistema de Informações do Arquivo Nacional.

Relatório da Federação Baiana Pelo Progresso Feminino – 1931. Sistema de Informações do Arquivo Nacional.

BIBLIOGRAFIAS

ALMEIDA, Maria Amélia Ferreira. **Feminismo na Bahia 1930-1950**. Salvador, 1986. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/19647>. Acesso: 15 set. 2023.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polén, 2019. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1154/o/Interseccionalidade_\(Feminismos_Plurais\)_-_Carla_Akotirene.pdf?1599239359](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1154/o/Interseccionalidade_(Feminismos_Plurais)_-_Carla_Akotirene.pdf?1599239359) Acesso: 20 nov. 2023.

ASSUNÇÃO, Gabriela Lira & DANTAS, George Alexandre Ferreira. **Demolições, debates e tentativas de preservação**: aproximações a partir dos casos de Salvador e Recife (1910-1930). Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 10, n. 2, 2018. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/Urbe/article/view/19175> Acesso: 15 jan. 2024

BARBOSA, Izabelle Lúcia de Oliveira. **Saindo da Gaiola Dourada**: Desquite, Divórcio e Relações de Gênero no Recife de 1917 a 1937. Dissertação (Mestrado em História). Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), 2016. Disponível em: <http://www.pgh.ufrpe.br/node/41>. Acesso em: 20 nov. 2020

BESSE, Susan K. **A política do(s) feminismo(s) e do(s) antifeminismo(s)**. In: BESSE, Susan K. Modernizando a desigualdade: Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil 1914 – 1940. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

BIROLI, Flávia. **Gêneros e Desigualdades**: os limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BIROLI, Flávia. **Teorias Feministas da Política, Empiria e Normatividade**. Lua Nova, São Paulo, 102: 173-210, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-173210/102>. Acesso: 30 set. 2023

BRITO, Rosildo Raimundo. **O desafio da iconografia**: um balanço historiográfico da caricatura a partir da nova história. Dourados, Fronteiras: Revista de história, 2018. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/9420>. Acesso: 20 jan. 2024.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania**: tipos e percursos. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 9, n. 18, 1996. Disponível: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2029/1168>. Acesso: 03 jun. 2021 Acesso: 05 out. 2023.

CRENSHAW, Kimberle W. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV.AA. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem. 2004. Disponível em: <https://static.tumblr.com/7symefv/V6vmj45f5/kimberle-crenshaw.pdf> Acesso: 05 set. 2023

FACUNDES, Emelly Sueny Fekete. **Uma das faces do feminismo em Pernambuco**: transgressões e permanências na trajetória da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino (1931-1937). Recife, 2018. Disponível em: <http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/handle/tede2/7811>. Acesso em: 30 nov. 2023.

FAUSTO, Boris. **A Primeira República 1889-1930**. In: História do Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

KARAWEJCZYK, Mônica. **As filhas de Eva querem votar**: dos primórdios da questão conquista do sufrágio feminino no Brasil (c. 1850-1932), 2013. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/72742>. Acesso: 11 nov. 2023.

GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural da amefricanidade**. In: Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro. 1988, p. 69-82. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-categoria-polc3adtico-cultural-de-amefricanidade-lelia-gonzales1.pdf> . Acesso: 15 nov. 2023.

LOPES, Mirella Tuanny Ferreira. **Lições de resiliência**: a luta em prol da conquista da cidadania política e a institucionalização do feminismo em Pernambuco (1927). Recife, 2019. Disponível em: <http://www.pgh.ufrpe.br/discentes/turma2016.2>. Acesso em: 23 dez. 2023.

MARQUES, Gabriela Mota. **A “maior humorista do todos os tempos”**: a sátira antifeminista na imprensa portuguesa 1885- 1914. Faces de Eva: Estudos sobre a mulher, 32, pp. 93-113. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/eva/n32/n32a08.pdf>. Acesso: 30 nov. 2023

NASCIMENTO, Carina Sampaio & SILVA, Denise Viera da. **A modernização da cidade de Salvador**: Um olhar. Ao Pé da Letra, v. 2, n. 1, 2000. Disponível em: <file:///C:/Users/TEMP.LAPTOP-QJBH0TL8.000/Downloads/230959-74119-1-SM.pdf> Acesso: 15 out. 2023

NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. **O Bonde do Desejo**: o Movimento Feminista em Recife e o debate em torno do sexismo na política republicana (1927-1931). In:

NASCIMENTO Alcileide Cabral do Nascimento & LUZ, Noemia Maria Queiroz Pereira da(Orgs). **As mulheres na cidade do Recife**: feminismo, cultura e transgressão (1870-1935). Recife: EDUFRPE, 2015. Disponível em: <http://www.editora.ufrpe.br/node/69>. Acesso: 02 set. 2023.

NEPOMUCENO, Bebel. Mulheres Negras, Protagonismo Ignorado. In: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana M. (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. 1a. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

PATEMAN, Carole. Críticas feministas à dicotomia público/privado. In: Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli (organização). **Teoria política feminista**: textos centrais.

Vinhedo: Editora Horizonte, 2013.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PONTUAL, Virgínia. **Urbanismo no Recife: entre ideias e representações**. Recife: Revista de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR), 2000, p. 89-108. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/39> Acesso: 10 set. 2023.

SALIBA, Elias Thomé. **A dimensão cômica da vida privada na república**. In: NOVAIS, F. A. História da vida privada no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. SCHUMAHER, Schuma & BRAZIL, Érico Vital (Orgs.). **Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade biográfico e ilustrado**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2000.

SILVA, Kalina Vanderlei & SILVA, Maciel H. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2009.

SILVA, Marcelo Melo da. **O Feminismo no Recife e a questão do voto (1931-1934)**. Um debate historiográfico. Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/TEMP.LAPTOP-QJBH0TL8.000/Downloads/1170-4658-1-PB.pdf>. Acesso: 02 dez. 2023

SILVA, Tauana Olívia Gomes Silva; FERREIRA, Gleidiane de Sousa. **E as mulheres negras?** Narrativas históricas de um feminismo à margem das ondas, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104026X2017000301017&script=sci_artext&tlng=pt. Acesso: 20 jan. 2024.

SOUSA, Rui Bragado. **A câmara obscura: a fotografia como fonte histórica**. Revista Espaço Acadêmico, v. 13, n. 145, p. 35-43, 30 maio 2013. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/19582/11241>. Acesso: 20 jan. 2024.

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. Disponível em: <https://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2016/09/Sobre-fotografia-Susan-Sontag.pdf>. Acesso: 11 nov. 2023.